

# **Quilombos do Sul do Brasil: movimento social emergente na sociedade contemporânea**

Paulo Sérgio da Silva\*

Durante séculos, as comunidades negras rurais constituíram processos que possibilitaram a construção de uma significativa rede de relações socioculturais, econômicas e políticas. A partir de pequenas lutas cotidianas em defesa de interesses peculiares até a inserção em espaços mais amplos, notadamente institucionais ou de significativa representação política, emerge um significativo movimento social no Estado do Rio Grande do Sul, representado pelas comunidades remanescentes de quilombos. Tais agrupamentos étnicos são possuidores de um significativo capital social e despontam com potencialidades singulares no cenário de disputas que se estabelecem nas diversas esferas institucionais ou não.\*

A partir da organização comunitária, as comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul exercem sua capacidade de articulação política, com agentes do o movimento negro e Instituições de Ensino Superior, entre outras, fazendo com que o Estado Brasileiro, representado por suas instituições, venha a reconhecer oficialmente, através de ordenamentos jurídicos e administrativos, a existência destas comunidades. Nos últimos dez anos, a sociedade rio-grandense se insere no debate de forma mais intensa sobre o reconhecimento formal do movimento quilombola gaúcho e suas reivindicações por políticas públicas específicas (fundiárias, educacionais, creditícias, sociais...). A intenção do presente artigo é apresentar uma análise das implicações sociopolíticas e culturais do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, procurando analisar as possibilidades de transformação nas relações sociais que emanam deste movimento social que emerge nos campos do Rio Grande do Sul.

---

\* Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, Programa de Educação Anti Racista. Membro do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ-RS).

Estabelecida há cerca de dez anos, a recente discussão sobre as comunidades remanescentes de quilombos permite afirmar que o Estado do Rio Grande do Sul, assim como o Brasil, não será mais o mesmo depois da ascensão do movimento quilombola. As lutas que estão em desenvolvimento, envolvendo dignidade e respeito a populações tradicionais historicamente relegadas ao esquecimento e ao confinamento em um Rio Grande Profundo, trazem a lume um debate que há séculos reclama por visibilidade nos campos político e institucional. Os movimentos desenvolvidos através de inúmeras agências nas diversas esferas públicas inserem as comunidades quilombolas como protagonistas de um intenso movimento social que coloca o componente étnico no centro das disputas territoriais do cenário gaúcho.

O reconhecimento pelo Estado Brasileiro da Comunidade Remanescente de Quilombos de Casca, situada no interior do município de Mostardas, na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, como a primeira comunidade remanescente de quilombos no Rio Grande do Sul, utilizando-se do atributo constitucional referendado no Art. 68 dos Atos das Disposições Constituintes Transitórias de 1988, que diz que aos descendentes das comunidades remanescentes de quilombos é assegurada a propriedade de suas terras, no ano de 2001, instaura um intenso movimento entre as comunidades negras rurais sob a ótica da garantia constitucional via Art. 68.

A partir deste *start* oferecido pela comunidade de Casca e por agentes do movimento social negro identificados com a causa quilombola, uma série de movimentos políticos, partindo da premissa do reconhecimento étnico destas comunidades rurais, permitiu, dentre outras assertivas, que o Estado Brasileiro passasse a garantir nas normas jurídicas possibilidades concretas de reconhecimento de outros agrupamentos formados por descendentes de escravos. Dentre esses argumentos passíveis de confirmação e conformação jurídica, destaca-se o atributo da autoidentificação das comunidades quilombolas, que possibilitou a quase meia centena de comunidades negras rurais, no Rio Grande do Sul, o recebimento de sua Certidão de Reconhecimento oficial como remanescente de quilombos.

A Certidão de Reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos é considerada como um dos principais documentos comprobatórios da condição quilombola e possibilita o início de todo o trâmite que poderá vir a culminar com a emissão do título definitivo da propriedade das terras de quilombos existentes no Rio Grande do Sul. Cientes dessa possibilidade de garantia de direitos legais, o movimento das comunidades remanescentes de quilombos inicia um intenso processo de articulação e organização política que opera no sentido de dar visibilidade para a temática.

Tal condição instiga instituições públicas a reconhecer a condição de um público diferenciado, que surge no cenário de disputas por políticas sociais, dentre outras reivindicações históricas que, em última instância, se configuram como políticas de ações afirmativas na medida em que garantem direitos a populações diferenciadas. Estas políticas buscam reparações por danos humanitários sofridos com o advento do malfadado processo escravocrata que embasou o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul.

A pressão social oferecida pelas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul, e seus aliados estratégicos no movimento negro, fizeram com que o Estado Brasileiro, através de suas inúmeras agências, promovesse o reconhecimento destas comunidades. Dentre as instituições públicas que de maneira declarada reconhecem oficialmente a condição destas comunidades, estão o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Fundação Cultural Palmares, a Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, diversas Universidades Públicas, Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Ministério Público Federal, a grande maioria das Prefeituras Municipais onde existem territórios de quilombos, além de outras instituições de caráter público.

Considerando que a pobreza econômica é uma constante no meio rural e que os reflexos dessa pobreza afligem de maneira mais intensa as comunidades negras, independente de suas vontades coletivas, porque inseridas num modo de desenvolvimento capitalista, em essência, baseado na exploração predatória, as comunidades remanescentes de quilombos encontram em outras formas de organização e articulação produtiva elementos que são capazes de oferecer uma intensa coesão social. Definitivamente, não é a partir da exploração capitalista do solo (terra mercadoria) que as comunidades quilombolas estabelecem suas relações sociais.

Diversas são as maneiras e os códigos que as comunidades quilombolas encontram para manter seus territórios, o que não impediu que, ao longo dos séculos, seus territórios tivessem sido violentamente usurpados. As pesquisas sócio-históricas e antropológicas desenvolvidas neste interregno temporal de aproximadamente uma década estão a demonstrar que outros laços são preservados e estabelecidos no sentido de garantir a ancestralidade da posse dos territórios quilombolas.<sup>1</sup> Laços estes que se alicerçam sobre diversas formas de solidariedade

---

<sup>1</sup> ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista da (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004. LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.

étnica manifesta, por exemplo, através de relações de parentesco, das manifestações religiosas, de seus sistemas de cura, etc.

Premidas por um baixo dinamismo econômico e desenvolvendo, na sua imensa maioria, atividades de pequeno impacto no contexto econômico local, a articulação entre comunidades quilombolas e diversas agências institucionais, mediadas por articulações políticas do movimento social, em especial do movimento negro, demonstram algumas possibilidades de incrementar a produção econômica destas comunidades. No entanto, há que se atentar para o fato de que estes processos de mediação nem sempre são estabelecidos no sentido de privilegiar os interesses das comunidades. Não raro, observa-se que os interesses das comunidades são preteridos em defesa de outras questões relacionadas a interesses políticos institucionais de modo a consolidar posições de caráter personalista de instituições que não representam os interesses dos comunitários. Dessa forma, estabelece-se na discussão sobre comunidades quilombolas rupturas políticas de toda a ordem. De forma primordial, estamos relacionando esta questão a projetos e propostas que têm apenas como intenção o interesse imediato de organizações e instituições que reverberam outros interesses, mais ligados a formas de promoção política no sentido de garantia de espaços no poder constituído. Nesta perspectiva, tais espaços são garantidos para mediadores sociais não comprometidos com a causa quilombola, mas sim com interesses próprios de agendas definidas fora do espaço de discussão sobre a temática dos direitos das comunidades de quilombos.

Ao se observar com atenção movimentos desenvolvidos por algumas comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, percebemos que em suas organizações comunitárias ocorrem formas de organização que apontam para o exercício de maneiras solidárias de gestão, consolidando o que se pretende como esfera pública próxima do conceito de gestão democrática. Assim, percebemos que nestas comunidades remanescentes de quilombos suas formas de produção coletiva permitem o desenvolvimento de alternativas que atendem aos interesses de preceitos que encaminham para uma perspectiva real de economia que tem a solidariedade como o eixo fundante de suas relações produtivas em detrimento, muitas vezes, da perspectiva capitalista da exploração da mais valia.

Num contexto agrário de precariedade econômica, num cenário que tem nas perspectivas do agronegócio e da perpetuação do modo de concentração fundiária baseado na economia do latifúndio, as populações camponesas acabam revelando o impacto sofrido por este modelo de desenvolvimento socioeconômico, predador. Desta maneira, as comunidades remanescentes de quilombos apontam uma série de pontos que podemos considerar como fragilidades localizadas nos seus territórios. A seguir, procuro, ainda que de maneira breve, entrelaçar na discussão estas fragilidades. O que justifica o apontamento destas debilidades em

um movimento que emerge na sociedade buscando conhecer suas momentâneas limitações é a possibilidade de reflexão sobre o fato de estas limitações apresentarem sua origem em propostas e projetos de políticas públicas de pouca eficácia, promovidos por parte das agências públicas.

A questão fundiária nas comunidades remanescentes de quilombos, no cenário atual, representa uma das grandes fragilidades do território quilombola. Como a sociedade brasileira alicerça suas políticas fundiárias em um histórico procedimento cartorial, a falta do documento de propriedade por parte das comunidades remanescentes de quilombos constitui um importante entrave ao desenvolvimento territorial das comunidades. Há nas comunidades remanescentes de quilombos uma demanda intensa por habitações de qualidade.

O descaso institucional, ao longo dos tempos, incorreu na deterioração de um padrão habitacional reflexo do distanciamento socioeconômico entre distintos grupos étnicos no interior do Rio Grande do Sul. A infraestrutura de estradas de acesso apresenta problemas cruciais em determinadas comunidades. Existem casos de comunidades que têm acessos impraticáveis em determinados períodos do ano, ou em situações de intempérie. O saneamento básico hoje é considerado como uma das mais importantes ferramentas de combate à pobreza.

Nas comunidades remanescentes de quilombos, problemas de infraestrutura e saneamento são uma constante. Os investimentos em infraestrutura básica, por parte do Estado, sempre foi mínimo, ou inexistente, nas comunidades. No campo da educação, vemos iniciativas de pesquisadores, de organizações do movimento social, de sindicatos e, inclusive, de fundações de empresas estatais que apresentam suas perspectivas de trabalho e desenvolvem ações de formação pedagógica no âmbito das comunidades. No entanto, a efetividade destas ações pode ser questionada na medida em que a maioria destas propostas de trabalho não apresenta uma solução de continuidade e, via de regra, os projetos e os recursos acabam antes da execução final do projeto, gerando uma intensa sensação de desconforto na comunidade.

Outra situação relacionada à educação no meio rural e nas comunidades quilombolas reside na falta de formação e de informações a que os professores estão submetidos em virtude de uma conjuntura sociopolítica que impede a participação e a livre circulação de ideias entre os educadores. O advento da Lei n. 10.639/03 oportuniza que se debata a temática das relações étnico-raciais e que seja possível pautar o tema das comunidades remanescentes de quilombos diante de uma perspectiva didático-pedagógica. Ocorre que nas escolas rurais, onde situam-se a maioria das comunidades remanescentes de quilombos, além dos sérios problemas de infraestrutura a que a escola no campo está submetida, acrescenta-se as concepções de alguns educadores que ainda não atentaram para a importância do

tratamento da temática quilombola como elemento agregador e difusor de uma perspectiva educacional que valorize a diversidade sociocultural.

A política educacional vigente no campo, e que afeta as comunidades remanescentes de quilombos, revela-se como ponto de fragilidade no território na medida em que pode ser demonstrada através do elevado número de analfabetos funcionais. Pode-se considerar que nas comunidades quilombolas o ensino formal tenha cedido lugar para outras experiências de aprendizagem, especialmente aquelas ligadas à exploração das técnicas agrícolas que podem vir a se tornar mais rentáveis do ponto de vista da sustentação econômica.

Porém, cabe considerar que o anseio permanente de grande parte dos moradores das comunidades quilombolas por propostas de alfabetização de adultos nas comunidades remanescentes de quilombos. Desprovidos de assistência e saúde, ou reféns de um sistema de saúde pública com inúmeros problemas estruturais de conhecimento de todos, a saúde da comunidade quilombola não é tratada de maneira específica. O atendimento à saúde da população quilombola revela sua precariedade ao constatarmos que em nenhuma comunidade quilombola existe atendimento de saúde voltado para a especificidade dos comunitários.

Sem crédito financeiro, não há perspectiva de negócio; sem perspectiva de negócio, não há possibilidade de investimento. Havendo investimento, o que as comunidades produzem acabam caindo nas mãos dos atravessadores que usurpam recursos que poderiam vir a produzir um pouco mais de justiça nos territórios quilombolas. Alternativas de lazer, com exceção dos festejos religiosos e das atividades sociais existentes, as comunidades quilombolas, em sua grande maioria, têm acesso restrito. Para concluir, percebe-se ainda que a maioria das propostas de políticas públicas “direcionadas” para as comunidades remanescentes de quilombos não alcançam seu intento, pois tais propostas de políticas públicas são verticalizadas desde a sua concepção até o ponto final da execução.

Explorar estas questões, demonstrando as fragilidades do território quilombola, enquanto movimento social que emerge neste cenário complexo de relações entre os movimentos sociais, pode permitir uma leitura positiva para a construção coletiva do movimento e serve como instrumento de reflexão, especialmente quando se observa a construção de um movimento social com intensa base com potencial para inverter esta situação complexa.

Ao considerarmos as questões relacionadas às comunidades remanescentes de quilombos, devemos ter no horizonte a possibilidade de toda a trajetória de construção desse movimento que consideramos significativo e que tem sua origem em um Rio Grande Profundo. Assim, emerge deste contexto um grupo étnico que possui uma relação intensa de sociabilidade, com um forte capital social, herdeiro

de uma tradição de lutas por justiça que não se acomodou ao longo dos tempos e hoje assume esse lugar de destaque nos movimentos sociais, o que determina, em contrapartida ao que apresentamos acima, um dos pontos fortes dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos.

O capital humano das comunidades quilombolas traz em sua essência toda a essência da história da comunidade e de suas relações de resistência. Evidente que muitas vezes esta história, carregada de sofrimento, superação e lutas contra a escravidão e o racismo, não se apresenta em um palco disposto de maneira cênica. Ela deve ser compreendida mais nos bastidores do que na ribalta propriamente dita. O capital humano das comunidades quilombolas dá conta desta apresentação.

Dentre as estratégias que têm fortalecido os territórios quilombolas, a experiência desencadeada com a articulação comunitária dos grupos, através da constituição de associações comunitárias, soma pontos positivos na emergência quilombola. A organização comunitária, através destas formas associativas, permite que as comunidades possam encorpar suas vozes, atuando de maneira coletiva e estreitando os laços solidários que compõem suas territorialidades. A constituição jurídica das associações permitiu às comunidades avançarem juridicamente na direção da conformação dos seus pleitos, pois uma das alternativas jurídicas que possibilitam a titulação das terras quilombolas está vinculada a constituição de grupos com natureza associativa.

As organizações coletivas deste porte estão associadas à participação das comunidades em alguns projetos de políticas sociais públicas. O exercício da articulação coletiva das comunidades quilombolas permitiu a organização de espaços culturais antes inexistentes dentro das comunidades, como o surgimento e a organização de bibliotecas para que os comunitários possam ter acesso à leitura e à informação. Note-se neste quesito que a utilização e o acesso ao acervo cultural disponível em algumas comunidades ainda é restrito, mas o processo pedagógico de constituição desses espaços indica a disponibilidade das comunidades na busca de conhecimento.

A emergência das comunidades remanescentes de quilombos, enquanto movimento social contemporâneo no Rio Grande do Sul, faz também com que manifestações culturais, características e singulares destes grupos, assumam um lugar de destaque neste novo mosaico de culturas que compõe a tradição cultural gaúcha. Manifestações da cultura negra, como os quicumbis e o maçambique, os ensaios de promessas, e os ternos de reis, assim como os terços religiosos, estes de herança europeia e ressignificados a partir de uma perspectiva afro-brasileira, até então colocados à margem ou mesmo esquecidas pela sociedade e pelas próprias comunidades, encontram espaço de reafirmação a partir do movimento das comunidades quilombolas.

Nas comunidades remanescentes de quilombos, parte da mão de obra disponível geralmente é absorvida pelos empresários do entorno da comunidade. Assim, peões de estância, capatazes, cozinheiras e serventes são recrutados junto às comunidades para, via de regra, produzirem a riqueza dos empresários rurais. O conhecimento das lidas no campo, também uma tradição quilombola, permite aos mesmos que sejam considerados como especialistas de suas profissões, o que é importante diante das possibilidades que se descortinam em algumas comunidades negras rurais.

O capital das comunidades com relação aos saberes locais é uma fonte rica de uma perspectiva que encaminhe para alternativas do que consideramos como desenvolvimento sustentável. As comunidades por sapiência, por necessidade e por criatividade desenvolveram uma série de saberes locais que potencializam suas especificidades socioculturais. A tradição alimentar, a produção e a utilização de remédios fitoterápicos, entre outras questões, são mostras significativas da importância destes saberes, muitas vezes ancestrais e que não têm recebido a merecida importância por parte da nossa sociedade, que discrimina e impele conhecimentos tradicionais ao ostracismo.

Recentemente, algumas comunidades receberam, por parte de agências governamentais, equipamentos agrícolas para auxiliar na produção de alimentos. Desta forma, o incremento de uma forma de produção coletiva pôde ser redimensionado na perspectiva do incremento e da qualificação da sua produção de gêneros, o que ajuda a comunidade no sentido de construção de uma autonomia financeira e de gestão solidária dos seus próprios negócios. Em todas as comunidades, percebemos que existe um bom potencial no desenvolvimento da criação de animais de pequeno porte. Assim, desde a criação de aves, como patos e galinhas, passando pela suinocultura e a ovinocultura, as comunidades cultivam modelos e métodos de produção animal que não agridem os preceitos da agroecologia.

O desenvolvimento de atividades artesanais, geralmente envolvendo as mulheres, mas que não descarta os homens, é também um elemento que contribui na constituição da emergência quilombola. Os trabalhos seculares desenvolvidos com a lã, por exemplo, constituem fontes alternativas de renda que permitem capitalizar grupos de mulheres agricultoras quilombolas. A arte em couro para as lides campeiras, a produção de doces artesanais e o artesanato em tecidos, da folha de bananeira, são também pontos interessantes que fortalecem os territórios quilombolas.

As comunidades quilombolas não estão alheias ao processo de desenvolvimento da sociedade de mercado, nem estão alienadas diante do processo de organização do sistema capitalista. É fato, porém, que nestas relações ditadas

pelo capital estão, como a grande maioria da classe trabalhadora, em situação desvantajosa. No entanto, as comunidades estabelecem relações mercantis e buscam em alguns casos comercializar o excedente de sua produção de gêneros.

A cultura desenvolvida a partir das organizações comunitárias instaurou um novo processo de articulação coletiva, as reuniões sistemáticas. Tais encontros nas comunidades permitem uma maior circulação de informações sobre temas de interesse coletivo. Esses temas, muitas vezes, são produzidos em agências institucionais fora do âmbito das comunidades, e possibilitam uma tomada coletiva de decisões que repercutem politicamente no âmbito interno e externo das comunidades.

Por fim, a diversificação da produção agrícola no âmbito das comunidades remanescentes de quilombos é um dos pontos mais fortes da constituição dos territórios quilombolas, pois a tradição, a necessidade e a cultura fizeram com que as comunidades remanescentes de quilombos aprendessem a produzir praticamente tudo o que é necessário para a sua sobrevivência cultural e aprenderam a dominar técnicas produtivas que permitem a qualquer momento desafiar a ordem estabelecida pelas relações do capital agrário, que tem o latifúndio como alicerce. Convém ainda destacar no sentido de afirmar a potencialidade dos territórios quilombolas que o acesso à informação e à cultura são reivindicações constantes nas comunidades, tanto que em algumas há a perspectiva de instalação de equipamentos comunitários de rádio que possibilitam a comunidade intensificar mais ainda suas redes de comunicação e de circulação de informações.

### **Considerações finais**

Compreendendo que uma comunidade constitui um sistema altamente especializado de reprodução cultural, de socialização e de integração social, como vimos no texto, e que configura um processo completamente distinto com relação ao resto do mundo da vida da nação, através da constituição de núcleos de mundo da vida que são caracterizados pela intimidade, observa-se que quando uma coordenação de ações como as políticas públicas de combate à pobreza é desencadeada numa comunidade remanescente de quilombos ela gera interiormente uma esfera pública específica que é, sistematicamente, diferente da esfera pública gerada no contato com os agentes externos.

O esforço que se estabelece para que ocorra a integração entre as linguagens técnicas da administração e o linguajar cotidiano dos quilombolas representa um desafio para os mediadores que atuam diante da perspectiva de emergência das comunidades quilombolas. Na maioria das vezes, a tradução se dá através de negociações em que os técnicos se apresentam como manifestação de um Estado supervisor. Embora agentes públicos e que representam o Estado

busquem se situar no plano de uma linguagem comum multifuncional não especializada, seus instrumentos de trabalho estão inseridos numa lógica que acompanha os ditames regrados pelo poder administrativo e não na busca do entendimento com os comunitários.

Nesse sentido, Wolf, diante dos processos múltiplos de conflitos ou de acomodações, aponta para a forma de atuação destes agentes institucionais que atuam como espécies de grupos orientados para a nação, em detrimento de outros que têm sua orientação voltada para a comunidade.<sup>2</sup> Em tais circunstâncias, a participação da comunidade é mais performática do que efetiva e a crítica se instala cruzada nesse ponto de interação.

Desta forma, é interessante observar a postura dos agentes do Estado quando chegam e apresentam suas propostas na comunidade. Sobre estes agentes, instaura-se toda uma aura de expectativas que, seguidamente, não se confirmam na percepção dos quilombolas. Tais expectativas, muitas vezes, são alimentadas por um discurso politizado ao extremo, especialmente quando proferido por agentes do movimento negro, quando ocupam funções institucionais de caráter político. Esses agentes ressaltam, além de toda a sorte de pretensas benesses oferecidas pelo Estado burguês em termos de políticas públicas, frisam em seus discursos, a questão das reparações sociais.

Entretanto, as expectativas políticas apresentadas por estes agentes permanecem muito além do que é exequível pelo Estado em termos de políticas públicas. Temos neste caso três maneiras de perceber como se dá a integração das linguagens em ritmos completamente distintos. De um lado, a linguagem da burocracia estatal, com seus ritos e prazos; a linguagem dos militantes do movimento social a serviço do Estado, com um discurso que difere em muito da prática das instituições; e as comunidades remanescentes de quilombos tentando pautar suas reivindicações e demandas.

Por três dimensões, pode-se atestar a constituição de um mundo em rede em torno das comunidades quilombolas: 1) pelas relações cada vez mais intensas entre mais de quarenta comunidades espalhadas pelo Estado do Rio Grande do Sul que constituem uma Federação e uma Associação das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul; 2) pelas articulações entre agências do Estado no sentido da implementação conjunta de alguns programas dirigidos especificamente aos quilombolas; 3) pelo nascimento, concorrência e troca entre agências da sociedade civil especializadas na questão quilombola, sobretudo no seio do movimento negro urbano. O tecido que se desdobra dessa trama de conexões constitui, de forma

---

<sup>2</sup> WOLF, Eric. *Antropologia e poder*: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: UnB; Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. p. 75.

cada vez mais significativa, o horizonte de um modo de estar no mundo e todo um conjunto de novos empreendedores políticos.

A visibilidade da questão quilombola pode ser notada mediante a emergência de uma multiplicidade de novos dispositivos e novas modalidades de testes da capacidade de mediação dos agentes vinculados à questão agrária e à problemática racial. Na medida em que as exigências exercidas sobre os mediadores implicam em demonstração de capacidade de comunicação e de mobilidade, pode-se, simultaneamente, verificar a emergência de uma ordem conexionista e a instalação de uma comunidade de comunicação com as limitações que podemos constatar de forma empírica.

Embora a questão das comunidades remanescentes de quilombos e sua emergência enquanto novo ator político possa ser considerada como um evento relativamente novo no cenário de disputas políticas, a temática da escravidão escreve uma página importante no teatro histórico do Rio Grande do Sul. Assim sendo, os quilombolas passaram a constituir uma categoria social em construção no meio rural brasileiro, promovendo uma nova tradução àquilo que era caracterizado como comunidades negras rurais.

Os quilombolas, por sua vez, questionam as ações de alguns agentes, inclusive do próprio movimento social, qualificando-os como oportunistas. É necessário considerar que, mesmo diante da importância e da beleza da “emergência de novos sujeitos políticos e sujeitos de direitos”, com própria “agência”, que desencadeiam as lutas contra as muitas injustiças históricas em prol dos direitos humanos, tais agentes muitas vezes se envolvem em processos ambíguos e contraditórios. Sobretudo os atores sociais, sejam eles técnicos, integrantes de segmentos do movimento negro, agentes políticos ou pesquisadores que submetem as comunidades quilombolas a processos de tutela. Frequentemente, em nome das comunidades, disputam posições de ordem político-partidárias, cargos institucionais na esfera estatal e ainda se enfrentam na alocação de verbas junto às instituições de fomento à pesquisa.

Portanto, neste trabalho, ressalta-se a máxima de uma cidade de projetos na qual sejam os próprios quilombolas quem estabelece as conexões mais importantes ou esteja presente em todas as arenas relacionadas ao tema. Desta forma, podemos depreender que, sob tal injunção político-moral, os quilombolas, de atores fixos, orientados para a comunidade, acabam por flexionar suas trajetórias em direção a se constituírem como atuantes móveis, empreendedores orientados para a nação e críticos sagazes do mundo em rede.

Um destes indicadores pode ser verificado na implacabilidade da crítica às agências públicas que conectam os atores às políticas públicas. A constatação da

falta de uma agenda estratégica própria para o encaminhamento das demandas das comunidades remanescentes de quilombos, junto às diversas instâncias governamentais, muitas vezes, é decorrente da pressão efetuada pelos agentes externos à comunidade, da falta de domínio dos códigos jurídicos, burocráticos, etc. Agenda, por sua vez, a ser construída pelos próprios quilombolas, a partir de suas aspirações, desejos, necessidades e ansiedades, como fruto de um trabalho de articulação coletiva. A inexistência de tal agenda faz com que a agenda a ser seguida pelas comunidades remanescentes de quilombos seja outra: a dos movimentos sociais, a das agências governamentais, ou das ONG's que, geralmente, trazem os "pacotes" prontos para implementar na comunidade, em uma relação que impossibilita ações autônomas em suas relações institucionais.

Muitas vezes, desprovidos de recursos necessários para a contestação e mesmo para a apreciação das implicações do cardápio político apresentado pelos mediadores, os quilombolas de início são levados a adotar sem discussão a linguagem do corpo, da pré-reflexividade e do mutismo. Essa situação ocorre de dentro para fora das organizações associativas e com outras lideranças locais com relativa expressão política que ocupam uma posição de mediadores.

No entanto, no âmbito interno, esta situação se inverte e este mutismo se transfere para os moradores que, nas assembleias conduzidas pela Associação Comunitária, raramente expressam suas opiniões e legitimam sem questionar, nos fóruns dedicados a tal (reuniões, assembleias...), as opiniões e proposições também verticais da direção da associação.

Contudo, podemos perceber que os processos sociais de incorporação da linguagem, do *ethos* típico quilombola, vêm ocasionando a emergência de um certo grau de distância reflexiva em relação às propostas externas. Deste modo, o principal aporte das políticas públicas para as comunidades quilombolas tem sido o incremento da consciência reflexiva e os sinais desse incremento podem ser constatados no crescimento das contestações às formas de implementação de políticas públicas voltadas para as comunidades e no surgimento de fricções no interior do movimento dos quilombolas reveladores da emergência contemporânea do movimento quilombola.

## **Quilombos do Sul do Brasil: movimento social emergente na sociedade contemporânea**

### **Resumo**

Durante séculos, as comunidades negras rurais constituíram processos que possibilitaram a construção de uma significativa rede de relações socioculturais, econômicas e políticas. A partir de pequenas lutas cotidianas em defesa de interesses peculiares até a inserção em espaços mais amplos, notadamente institucionais ou de significativa representação política, emerge um significativo movimento social no Estado do Rio Grande do Sul, representado pelas comunidades remanescentes de quilombos. Tais agrupamentos étnicos são possuidores de um significativo capital social e despontam com potencialidades singulares no cenário de disputas que se estabelecem nas diversas esferas institucionais ou não.

### **Palavras-chave:**

Quilombos. Remanescentes de quilombos. Educação Antirracista.

## Quilombos from South Brazil: social emerging movement in contemporary society

### Abstract

During centuries, the rural black communities constituted processes that made possible the building of a significant net of socio-cultural economical and politics relationships. Starting from small daily fights in defense of peculiar interests to the insert in wider spaces, especially institutional spaces or with significant political representation, a significant social movement emerges in the State of Rio Grande do Sul, represented by the remaining communities of quilombos. Such ethnic groupings are possessors of a significant social capital and they blunt with singular potentialities in the scenery of disputes settled down in several institutional or non-institutional spheres.

### Keywords:

Quilombos. Quilombos Remainers. Anti-racist Education.

[Recebido em: abril 2010 e  
aceito em: junho 2010]